



MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA TERAPÊUTICAS NO PLANALTO NORTE CATARINENSE

THERAPEUTIC URGENCY PROTECTIVE MEASURES IN THE PLANALTO NORTE CATARINENSE

Esheley Froggel¹
Paulo Silas Taporosky Filho²

RESUMO

Vigentes em legislação específica desde o ano de 2020, as medidas protetivas de urgência de caráter terapêutico possuem o objetivo de superar, mas sem desconsiderar, o aspecto repressivo que se faz presente nas medidas em geral, intencionando assim um viés que pode ser chamado de terapêutico ao considera que se busca a reeducação e a recuperação do sujeito agressor no cenário da violência doméstica e familiar contra a mulher. Ao levar em conta o fator tempo passado desde quando entraram em vigência na Lei Maria da Penha, surgiu o questionamento sobre a aplicabilidade dessas medidas no âmbito da justiça catarinense na região do planalto norte, de modo que foi com base nessa indagação que o problema de pesquisa foi definido e delimitado, assim se pontuando: as medidas protetivas de urgência terapêuticas têm sido implementadas e aplicadas pela justiça catarinense? O objetivo da pesquisa se pautou pelo levantamento em determinadas comarcas catarinenses (Mafra, Papanduva, Porto União e Canoinhas) de informações ou dados sobre a aplicabilidade das medidas protetivas de urgência de caráter terapêutico nos fóruns desde que entraram em vigor na Lei Maria da Penha. A metodologia empregada é a exploratória de revisão bibliográfica. Os resultados obtidos se deram no sentido de confirmar a hipótese negativa da pesquisa, tendo em vista que na maioria das comarcas não se tem aplicado as medidas terapêuticas. A conclusão se dá no sentido de apontar para a necessidade de adoção de políticas públicas para além da legislação temática, pois somente com programas específicos implementados nas comarcas é que se faz possível a adoção das medidas terapêuticas em decisões judiciais.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Medidas terapêuticas. Aplicabilidade da lei.

¹Acadêmica do curso de direito na Universidade do Contestado – UnC, Campus Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: esheley.froggel@aluno.unc.br.

²Mestre em Direito (UNINTER); Especialista em Ciências Penais; Especialista em Direito Processual Penal; Especialista em Filosofia; Especialista em Teoria Psicanalítica; Bacharelado em Letras (Português); Professor de Processo Penal e Direito Penal (UNC e UNINTER); Advogado; Santa Catarina. Brasil. E-mail: paulosilasfilho@hotmail.com.

ABSTRACT

Effective in specific legislation since 2020, urgent protective measures of a therapeutic nature have the objective of overcoming, but without disregarding, the repressive aspect that is present in measures in general, thus intending a bias that can be called therapeutic when it considers that what is sought is the re-education and recovery of the aggressor subject in the scenario of domestic and family violence against women. When taking into account the time factor since when the Maria da Penha Law came into force, the question arose about the applicability of these measures in the scope of Santa Catarina justice in the planalto norte catarinense, so that it was based on this question that the problem of research was defined and delimited, thus punctuating: have the protective measures of therapeutic urgency been implemented and applied by the justice of Santa Catarina? The objective of the research was guided by the survey in certain districts of Santa Catarina (Mafra, Papanduva, Porto União and Canoinhas) of information or data on the applicability of protective measures of a therapeutic nature in forums since they came into force in the Maria da Penha Law. The methodology used is the exploratory literature review. The results obtained were given in the sense of confirming the negative hypothesis of the research, considering that in most counties the therapeutic measures have not been applied. The conclusion is to point to the need to adopt public policies beyond the thematic legislation, as only with specific programs implemented in the districts is it possible to adopt therapeutic measures in court decisions.

Keywords: Maria da Penha Law. Therapeutic measures. Applicability of the law.

Artigo recebido em: 26/09/2022

Artigo aceito em: 09/12/2022

Artigo publicado em: 03/12/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.4997>

1 INTRODUÇÃO

A Lei n. 11.340/06 constitui norma jurídica referencial naquilo que diz respeito à proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar. Promulgada no ano de 2006, a lei conta com vários mecanismos com a pretensão de definir e estabelecer políticas preventivas e de enfrentamento para com relação à violência de gênero.

No ano de 2020, a Lei Maria da Penha passou a contar com uma nova espécie de medidas protetivas de urgência, sendo duas que objetivam reeducar e recuperar o agressor mediante a determinação judicial que obriga o sujeito a comparecer periodicamente a programas de recuperação e reeducação, havendo ainda a possibilidade da realização de acompanhamento psicossocial de forma individualizada ou em grupos de apoio. Esse tipo de medida inovadora é aqui

designado como medida protetiva terapêutica, visto o fato de possuir um viés específico quando comparado com as demais medidas previstas na legislação, possuindo um enfoque mais preventivo do que repressivo.

Ao considerar que a lei que incluiu as medidas protetivas terapêuticas surgiu no ano de 2020, questionou-se se, e como essas medidas estariam sendo aplicadas no âmbito do Poder Judiciário Catarinense. Assim sendo, o questionamento se pautou na forma de problema de pesquisa, o que acabou por ensejar no presente trabalho, podendo ser pontuado enquanto problema justificante a seguinte pergunta: as medidas protetivas de urgência terapêuticas têm sido implementadas e aplicadas pela justiça catarinense? Com o fito de se alcançar uma possível resposta satisfatória, limitou-se o âmbito territorial (justiça catarinense) para a região do planalto norte catarinense, esse que é compreendido pelas comarcas de Mafra, Papanduva, Porto União e Canoinhas, tratando-se essas as que foram observadas e consultadas para fins de análise.

O objetivo da pesquisa se pautou pelo levantamento em determinadas comarcas catarinenses (Mafra, Papanduva, Porto União e Canoinhas) de informações ou dados sobre a aplicabilidade das medidas protetivas de urgência de caráter terapêutico nos fóruns desde que entraram em vigor na Lei Maria da Penha. Dessa forma, foi possibilitada uma abordagem jurídica temática dentro da proposta intentada, buscando-se a análise sobre a efetividade das medidas terapêuticas.

A hipótese, que se estabeleceu desde o início da pesquisa como sendo negativa, acabou por confirmada nesse sentido, pelo que a conclusão se deu em apontar que por mais positiva pareçam ser as medidas protetivas de caráter terapêutico, essas não possuem aplicabilidade plena no âmbito da justiça catarinense regionalizada no planalto norte, o que se dá diante da inexistência de programas ou profissionais habilitados para que seja possível a devida implementação.

A metodologia empregada é a exploratória de revisão bibliográfica. A pesquisa, realizada junto às comarcas analisadas do estado de Santa Catarina, foi formalizada mediante contato virtual (telefone, WhatsApp ou E-mail) com o magistrado responsável pela vara criminal ou com assessor jurídico ou ainda chefe de cartório, a qual foi feita com o intuito de levantar as informações e possíveis dados acerca da implementação ou funcionamento das medidas protetivas de emergência terapêuticas no planalto norte da justiça catarinense.

2 A LEI N.º 11.340/06 E SEUS AVANÇOS NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO

A Lei n.º 11.340/06 tem como intento coibir a violência familiar e doméstica contra a mulher. Desde quando promulgada, representou um avanço significativo na sociedade, visto a realidade social que muitas mulheres vivenciam. A norma legal busca garantir que medidas integradas de prevenção sejam efetivamente eficazes quando confrontadas com situações agressivas, a fim de evitar a perpetuação de casos semelhantes.

Quando ocorre violência contra a mulher no contexto familiar ou doméstico, a Lei Maria da Penha estabelece a possibilidade de aplicação de medidas protetivas de urgência, que consistem em medidas processuais destinadas a proteger a integridade física, moral e psicológica da mulher vítima, entre outros aspectos. Essas medidas, dentre as pretensões, visam evitar o contato entre agressor e vítima durante a apuração dos fatos ocorridos.

Cada caso é analisado para que a aplicação das medidas protetivas de urgência possa alcançar o efeito desejado. A incidência dessas medidas é sempre avaliada considerando o nível de proteção à mulher e a intensidade dos eventos ocorridos.

Em linhas gerais, os objetivos pretendidos pela legislação em análise podem ser definidos de acordo com aquilo que aponta Soraia Rosa Mendes:

A Lei n. 11.340/2006 é a norma que reconhece a violência doméstica e familiar contra a mulher como impeditiva ao exercício efetivo, dentre outros, dos direitos a vida, a segurança, ao acesso à justiça, a cidadania, a liberdade, a dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária, prevendo, a partir deste reconhecimento, a criação de medidas de assistência a proteção as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, assim como a instalação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (MENDES, 2017, p. 207).

A Lei Maria da Penha acarretou em significativas mudanças na postura de enfrentamento à violência de gênero no Brasil. A lei em questão estabelece diferentes formas de violência contra a mulher, abrangendo a física, a sexual, a psicológica, a moral e a patrimonial. Ainda, prevê medidas protetivas voltadas para as mulheres em situação de violência, dentre as quais a criação de casas de abrigo, além da

concessão de medidas protetivas de urgência e ainda, oportuno mencionar, o acompanhamento psicossocial em prol das vítimas.

A criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é outro ponto de destaque da Lei Maria da Penha, tendo por finalidade a existência de um processo mais célere e atento de acordo com as especificidades desse tipo de violência.

Conforme prevê a legislação em comento, a violência doméstica é um tipo de violência que ocorre no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente do local onde provocada. Ela abrange agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais, de modo que “a expressão unidade doméstica deve ser entendida no sentido de que a conduta foi praticada em razão dessa unidade da qual a vítima faz parte” (DIAS, 2007, p. 17).

Nessa seara, destaca-se a forma típica da espécie de violência doméstica e familiar contra a mulher:

A violência torna-se ainda mais complexa quando os agressores são homens, com os quais as mulheres se relacionam afetiva e sexualmente. Os autores, nesses casos, conhecem bem as vítimas e seus pontos mais vulneráveis. Dominam a situação e sabem como e onde ameaça-las, como espanca-las, humilha-las e cometer outras práticas de agressão e lesão. Sob esta ótica específica, tem-se a violência doméstica e familiar que, entre nós, nos termos da Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha, ocorre quando há violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral (MENDES, 2017, p. 211-212).

A violência familiar, por sua vez, é um termo mais amplo e abrange todos os tipos de violência que ocorrem no contexto familiar, não se limitando apenas à violência contra a mulher. Pode incluir a violência contra crianças, adolescentes, idosos, entre outros membros da família. Entretanto, para que se tenha reconhecida a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, essa espécie de violência deve ter como vítima a pessoa mulher.

A Lei Maria da Penha foca especificamente na proteção da mulher, reconhecendo que ela é frequentemente alvo de violência no ambiente doméstico e familiar, de modo que é em razão disso que se pode dizer que “a violência doméstica não é episódica, pelo contrário, é corrente, socialmente tolerada e escondida pela vítima em nome da sacralidade da instituição familiar” (OLIVEIRA, 2012, p. 151). A lei estabelece medidas de prevenção, punição e assistência às vítimas de violência

doméstica, além de estabelecer diretrizes para a atuação dos órgãos de segurança, do Ministério Público e do Poder Judiciário no enfrentamento desse tipo de violência.

Em síntese, a violência familiar é um termo mais abrangente que inclui todas as formas de violência no contexto familiar, enquanto a violência doméstica é um tipo específico de violência que ocorre em relação íntima de afeto, conforme definido pela Lei Maria da Penha, e tem como foco a proteção da mulher. Pode se dizer que “considera-se violência familiar a que seja praticada por um ou mais membros de uma família, assim considera a comunidade formada por indivíduos” (BIANCHINI, 2018, p. 40).

A Lei, em seu artigo 7., aponta cinco formas de violência doméstica e familiar sofrida pela mulher. De acordo com sua previsão normativa, a violência física é caracterizada por qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher, causando-lhe dor ou lesão. Isso pode envolver atos como agressões, espancamentos, socos, tapas, chutes, estrangulamentos, entre outros. A legislação estabelece que a violência física contra a mulher é uma forma de violência doméstica e familiar que pode ocorrer no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto. Ela reconhece que as mulheres têm o direito de viver em um ambiente seguro, livre de violência, e mecanismos de controle de prevenção, assistência e punição para os agressores.

A violência psicológica é caracterizada por qualquer conduta que cause dano emocional ou diminuição da autoestima, prejudicando o desenvolvimento pessoal e a saúde psicológica da vítima. Essa forma de violência pode se manifestar de diversas maneiras, incluindo ameaças, humilhações, constrangimentos, insultos, ridicularizações, canções emocionais, controle excessivo, manipulação, isolamento social, entre outros comportamentos que causam sofrimento psíquico. Sobre esta modalidade, Cunha entende que “ela pode ter sua gravidade igual ou superior à da violência física” (2016, p. 78).

A violência psicológica, espécie que “foi abordada pela primeira vez como parte do conceito de violência contra a mulher adotado na Convenção de Belém do Pará, em 1995” (PRADO, 2011, p. 19), visa exercer poder e controle sobre a mulher, muitas vezes de forma sistemática e persistente, causando danos emocionais profundos. É importante ressaltar que esse tipo de violência não deixa marcas físicas visíveis, mas pode ter efeitos devastadores na saúde mental e no bem-estar da vítima.

A violência sexual é uma forma de violência grave que envolve qualquer conduta de natureza sexual que seja imposta à pessoa sem seu consentimento. Ela ocorre quando uma pessoa é forçada ou coagida a participar de atividades sexuais contra a sua vontade, seja por meio da coerção física, psicológica, emocional, abuso de poder, manipulação ou qualquer outra forma de pressão. Também ocorre quando “a ação incriminada consiste em manter relação sexual ou praticar qualquer ato libidinoso com a vítima, expondo está a contágio de moléstia venérea de que se sabe ou devia saber ser portador” (CUNHA, 2016, p. 134).

A violência patrimonial é uma forma de violência doméstica e familiar que envolve ações que têm como objetivo controlar, destruir, danificar ou restringir o acesso aos recursos financeiros e materiais de uma pessoa. Essa forma de violência é considerada uma violação dos direitos das mulheres. Algumas formas de violência patrimonial incluem: controle financeiro excessivo, quando o agressor impede a vítima de trabalhar, controla seu salário ou restringe o acesso aos recursos financeiros, tornando-a dependente economicamente, roubo, destruição ou ocultação de bens, endividamento proposital, entre outras. No cenário pátrio, a respeito desse tipo de violência, tem-se que:

A violência patrimonial é comum no Brasil no que refere-se à exploração de mulheres mais velhas, geralmente aposentadas, que são obrigadas a dar aos filhos a parca quantia que recebem mensalmente e acabam por passar necessidades financeiras por não ter a quem mais recorrer (PRADO, 2011, p. 21).

E por fim e não menos gravoso, a violência moral é uma forma de violência que se caracteriza por atitudes, comportamentos e palavras que visam diminuir, humilhar, insultar, desvalorizar, ridicularizar ou causar sofrimento psicológico a uma pessoa. Essa forma de violência busca atingir a autoestima, a integridade emocional e a emoção da vítima. Alguns exemplos de violência moral incluem: ofensas verbais constantes, manipulação emocional, isolamento social, desvalorização e ridicularização, humilhação pública, ameaças e intimidação e controle excessivo. Diferencia-se da violência psicológica ao considerar que “a principal característica da violência moral é a conduta do agressor que intenciona a difamação da vítima na sociedade, enquanto que a violência psicológica normalmente restringe-se ao ambiente doméstico” (PRADO, 2011, p 21).

No contexto das inovações legislativas que tratam da proteção da mulher vítima de violência, é oportuno referir-se à figura do feminicídio, qualificadora do homicídio existente no contexto do crime, atos cometidos contra a mulher em razão de sua condição de mulher, de acordo com as disposições legais do artigo 121, parágrafo 2º, inciso VI do Código Penal.

Messias, Carmo e Almeida (2020) pontuam, porém, o aspecto simbólico que se faz presente na referida disposição:

A respeito do simbolismo que poderia representar a qualificadora do feminicídio, no caso do Art. 121, §2º-A, inciso II, há que se reconhecer o simbolismo exercido pela norma, já que a qualificadora é somente de ordem subjetiva, caracterizada, em suma, pela motivação (torpe ou fútil) do agente, o que, portanto, se reconhecida, incidiria, por óbvio, em uma das qualificadoras relativas à motivação, previstas no Art. 121, §2º, inciso I, última parte, e inciso II do Código Penal. Nessa ótica, a qualificadora desempenha o papel de demonstrar que o Estado se preocupa com a violência contra a mulher, revelando o seu papel simbólico.

Além da questão da diferenciação e introdução de diferentes formas de violência, a lei garante, reconhece e enfatiza o direito das mulheres de viver sem violência, posto que “os Estados devem adotar uma política direcionada e preveni-la, sancioná-la e erradicá-la”, sendo ainda enfatizado no artigo 6.º da Convenção Interamericana, que “reconhece o direito de toda mulher a viver sem violência” (BIANCHINI, 2021, p. 131). Assim, a lei não deixa dúvidas sobre suas funções e procedimentos utilizados em casos de violência contra a mulher para combater todas as formas e tipos de que as mulheres são vítimas.

Diante da previsão expressa nesse sentido, tem-se como perceptível “que a intenção do legislador [...] foi a de explorar os limites do âmbito doméstico ao incluir também, como possíveis agressores, pessoas com quem as mulheres já tiveram alguma relação íntima de afeto, como ex-namorados, ex-companheiros e ex-maridos” (PRADO, 2011, p. 17).

Pontuados de forma breve alguns dos principais aspectos da Lei Maria da Penha, analisa-se a seguir um tipo específico de medida protetiva de urgência prevista na legislação em análise.

3 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DE CARÁTER TERAPÊUTICO DA LEI MARIA DA PENHA

Mesmo que considerando os avanços notáveis da Lei Maria da Penha, incluindo desde quando sua promulgação até as suas diversas alterações inovadoras legislativas, é necessário repensar em práticas no trato estatal para com o agressor. Nessa perspectiva, a Lei n. 13.984/20 trouxe alteração para o artigo 22 da Lei Maria da Penha, inovando nas medidas protetivas de urgência ao trazer para o rol novas medidas, estas, porém, com enfoque no aspecto de ordem terapêutica - e não repressivo -, passando a determinar ao agressor o frequentar de centro de educação e reabilitação e ter acompanhamento psicossocial. O amparo que funda essas medidas é a proteção à vítima da violência e uma nova abordagem para com o agressor.

Essas mais recentes medidas protetivas de urgência são imbuídas de caráter terapêutico, que possibilita um novo olhar sobre a sistemática penal, as quais “por mais possam essas ser analisadas também como imbuídas, em certo grau, de um caráter repressivo, fato é que o aspecto terapêutico se destaca ao considerar a modalidade com a qual se são tais medidas” (ZUCCO; SILAS FILHO, 2021, p. 520-521)

A Lei n. 13.984/20 surgiu em um período de pandemia, momento esse – o da COVID-19 -, em que as medidas de isolamento social repercutiram no aumento dos casos de violência doméstica em muitos países. Salienta-se que a pandemia não foi a responsável por ocasionar “em si” as violências cometidas. O confinamento em residências acabou em alguns lares por se transformar um lugar de medo, ansiedade, traumas e lesões. A pandemia aguçou os casos de violência doméstica diante do fato de que o casal que antes talvez já detinha o relacionamento conturbado, passou a estar permanentemente no mesmo ambiente doméstico de forma constante, pelo que não surpreendeu que os números de violência durante o período se elevaram. Em análise sobre a problemática durante o período mencionado, assim foi observado e pontuado:

a seriedade dos efeitos do isolamento social que vem potencializando a violência doméstica, em São Paulo por exemplo, o aumento foi de 50% e nesta perspectiva a ONU revelou que 70% da violência ocorre dentro de casa

com as pessoas de maior confiança que dividem o mesmo espaço. Se essas mulheres vítimas da violência de seus parceiros já viviam confinadas sob ameaças, insultos, desprezo, desqualificação em um lugar que vivia com medo e onde sofria abusos, imagina-se o cenário neste momento de maior convivência. Outro dado relevante observado em tempos de isolamento social foi o aumento de boletins de ocorrências e pedidos de medidas protetivas para a tentar frear o agressor (PERRELLI, ZUCCO; SILAS FILHO, 2020, p. 126).

Tem-se como fator importante o agressor frequentar tratamento psicológico em casos de violência doméstica e familiar. A violência é um comportamento aprendido, que pode ter raízes em questões emocionais e psicológicas do agressor, como baixa autoestima, dificuldade em lidar com emoções, entre outras. O ciclo da violência doméstica é uma constante que se faz presente caso não seja trabalhada em sua gênese enquanto problema. Nesse sentido, é possível falar nos três estágios que compreendem o ciclo da violência:

[...] esses três estágios demonstram o avanço e o desenvolvimento da violência, de modo que quando analisado isoladamente podem ser destacados pontos chaves: 1) a violência manifesta-se através do discurso esbravejante do agressor e da violência material, por exemplo quebrar copos ou objetos da casa como quem diz “estou quebrando objetos para não bater em você. ”, seguido de promessas como “isso não vai mais acontecer”, “não sei o que aconteceu comigo”, “jamais faria qualquer coisa assim com você” e infinitos pedidos de desculpa; 2) a violência aqui é marcada por episódios de descontrole e explosão da raiva, culminando em destruição patrimonial, agressões físicas, verbais e/ou psicológicas, podendo também incluir ameaças de morte. Se evidencia aqui que os pedidos de “desculpa” e as promessas de que “isso não ocorrerá novamente” desaparecem e dão lugar ao medo, a ansiedade, a angústia e desespero da vítima. É aqui que geralmente a mulher tenta buscar ajuda (seja com pedido de ajuda a vizinhos e/ou familiares ou procurando o serviço de proteção a mulher/delegacia da mulher – quando da existência dessas). Contudo, essa fase é a mais rápida, por ser explosiva e no ápice da raiva momentânea. Ela pode ou não avançar logo em seguida para a terceira; 3) a violência aqui é temporariamente esquecida/deixada de lado, o agressor passa a assumir um papel calmo, apaixonado, romântico, amoroso. É a fase lua de mel. As promessas de se tornar o companheiro que ela sempre sonhou, presenteá-la, amá-la e mostrar o medo de perdê-la, assumindo a culpa por seus atos e prometendo que que o mesmo nunca mais se repetirá (ZUCCO; SILAS FILHO, 2021, p. 523)

Nota-se que há a necessidade de uma nova forma de lidar com o agressor, encarar a raiz do problema vivenciado pela sociedade. Para Artner e Taporosky Filho (2022), a aplicação de medidas terapêuticas é uma das vias que pode obter melhor vantagem sobre o agressor e todo o seu convívio, pois irá atingir a raiz psíquica deste ser, o fazendo repensar e se remodelar.

A penalização estatal, quando ausente qualquer critério conjunto que não o da própria sanção em si, não vem demonstrando indicativos de que a repressão utilizada como meio para cessar a violência contra a mulher teve sua eficiência para a atenuação do problema. Sobre a penalização, pode-se dizer que:

O movimento feminista, ao demandar pela penalização, acaba legitimando um sistema irracional e deslegitimado enquanto produtor de seletividade, de repressão, castigo e punição, fortalecendo as fileiras da panaceia geral que vivemos hoje em matéria de política criminal (ANDRADE, 1999, p. 112).

Assim, é fundamental que o Estado defina mecanismos para limitar a violência doméstica com apoio profissional de diversos setores, levando em consideração a profundidade do tema e o impacto que este tema tem na sociedade.

Exemplos disso são elaborações de ações afirmativas de políticas de prevenção ensinadas desde as escolas com o intuito de combater o machismo, propagar o respeito, carinho, cuidado, afetividade, amor e etc., além de evitar “gerar” agressores, o que certamente começará uma linhagem de indivíduos sociais com perspectivas diversas destas que se fazem tão presentes.

Aline Bianchini (2021, p.234-235) corrobora nesse sentido ao pontuar que:

A parceria Estado-sociedade torna-se imprescindível para o sucesso na coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher. Por meio da responsabilidade compartilhada, busca-se criar sinergia, com vistas a dar maior efetividade às políticas implementadas. É importante atribuir e conhecer responsabilidades, bem como limitações e, principalmente, ter-se em conta os aspectos sociais, culturais e históricos que vulneram a mulher e dificultam, quando não obstaculizam, processos de mudança do quadro de violência.

A importância do tratamento psicológico para o agressor se dá pelo fato de que a violência doméstica e familiar não é um problema exclusivamente da vítima, mas sim de todo o sistema familiar. Se não for tratada, a violência pode se perpetuar e afetar não só a vítima, mas também filhos e outros membros da família, além de perpetuar padrões de comportamento violento.

Além disso, o tratamento psicológico para o agressor também é uma medida preventiva, na medida em que visa evitar a reincidência do comportamento violento. Ao tratar as questões emocionais e psicológicas do agressor, é possível evitar que ele

volte a cometer violência contra a mesma ou outras vítimas. Bruna de Azevedo Castro e Samia Moda Cirino (2020, p. 70), assim mencionam:

As medidas previstas nos incisos VI e VII, objeto da presente análise, foram inseridas pela Lei n. 13.984/2020. O projeto que deu origem a essa lei é de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (PLS n. 9/2016) [...] Segundo a justificativa do Projeto, verifica-se que a frequência do agressor em programas de 'reeducação' apresentou resultados positivos em projetos desenvolvidos nos estados de São Paulo, Rio Grande do Norte e Mato Grosso, consistentes nos 'baixos índices de reincidência', do qual se extrai conclusão positiva acerca desse tipo de medida para 'mudanças significativas nas vidas desses homens, sobretudo na ressignificação de seus papéis'.

A eficácia dessas medidas mais recentes é uma pauta necessária que merece ser buscada. É difícil para os homens obter ajuda psicológica para enfrentar e trabalhar o problema. Assim, a inclusão das novas medidas aqui discutidas pode ter um efeito positivo, na medida em que são obrigados a aderir a redes de apoio sob a orientação de especialistas do setor, mesmo que determinadas por decisão judicial, dissolvendo as arestas que foram conectadas e alimentadas desde a infância.

Pode-se aqui destacar a possibilidade de reeducação da pessoa do agressor, pois o uso da violência, principalmente por meio da força, pode ser “repensado” por meio dessa medida. Trata-se de uma forma de estudar quais foram as primeiras manifestações de agressão na vida do agressor e com base nesses estudos criar formas pelas quais o agressor possa analisar suas atitudes e excluir seus pensamentos e sentimentos. Quando se toma consciência de certas atitudes, pode-se buscar ferramentas que mudem as percepções, pois reconhecendo as primeiras mudanças, o sujeito pode desenvolver mudanças e utilizar ferramentas que ajudem a reduzir, controlar e conter atos violentos.

Analisar o problema da violência familiar e doméstica contra a mulher com o olhar para além do aspecto punitivo das medidas protetivas de urgência, sem deixar de considerar essas, reflete as mudanças sociais no que diz respeito ao repensar sobre a efetividade do sistema punitivo, pois a via unicamente repressiva não se tem demonstrado suficiente para diminuir os casos de violência contra a mulher.

4 (IN)APLICABILIDADE DAS MEDIDAS TERAPÊUTICAS NOS JULGADOS DAS COMARCAS DO PLANALTO NORTE

A política pública é a principal ferramenta do Estado para implementar os direitos e objetivos consagrados na Constituição. É por meio do planejamento, implementação e execução dessas políticas que o Estado se empenha em garantir direitos sociais como saúde, educação e moradia, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades regionais e sociais. As políticas públicas não são utilizadas apenas para conceituar ações e programas relacionados aos direitos sociais, pois podem ser identificadas em todas as ações estatais voltadas para a intervenção na realidade social (FONTE, 2015).

Assim, o desenvolvimento de políticas públicas é impulsionado por fatores como a solubilidade de problemas, soluções potenciais, o custo dessas soluções e a eficácia dessas soluções. Sua elaboração deve, portanto, ser baseada em teorias causais sobre as causas do problema e quais intervenções e respostas políticas poderiam aliviá-lo.

As medidas protetivas de urgência de caráter terapêutico necessitam de mecanismos que impulsionem sua aplicabilidade. Nesse sentido:

Por assim ser, de nada adianta promulgar leis que estabelecem punições e penalidades para os agressores, bem como a proteção a integridade física, moral e psicológica da(s) vítima(s), ou então estabelecer a procedimentalização dos agentes estatais quando em contato com o fenômeno da violência se não houver concomitantemente a implementação de políticas públicas capazes de suprir as necessidades de esclarecer, orientar e conscientizar socialmente sobre a violência (seja ela no âmbito da família ou não), prevenir a conduta agressiva e violenta (seja ela em caráter terapêutico decorrente de punição ou preventivo), acolher os envolvidos nesse processo (seja somente a mulher ou seja a família) e trazer para conhecimento do público leigo as penalidades envolvidas aos crimes de violência (ZUCCO; SILAS FILHO, 2021, p. 525).

Já dispõe a lei que a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais. Além disso, as características intrínsecas das políticas públicas impõem que a fase de processamento não seja estática, única ou fixa. Como as políticas públicas são formuladas tendo em vista seus próprios objetivos, são

desenhadas para operar em uma realidade fática, transformando-a para atingir seus objetivos, consistem em ações antecipadas, são voltadas para o futuro, enquanto sua execução é delonga no tempo da implementação. O olhar do observador deve estar voltado para o acompanhamento constante dos atos praticados, com o objetivo de fiscalizar se de fato conduzem ao fim social proposto.

Após levantamento de informações nas comarcas do Planalto Norte Catarinense, obteve-se dados no sentido de que as comarcas de Canoinhas, Papanduva e Porto União, quando de decisões judiciais que analisam pedidos e deferem medidas protetivas de urgência em razão de violência doméstica e familiar contra a mulher, não estão aplicando as medidas protetivas de caráter terapêutico desde a égide da lei que as inseriu na Lei Maria da Penha. Dentre as razões apontadas para a não aplicação das medidas de cunho terapêutico, a inexistência de psicólogo designado para atuação forense nas comarcas mencionadas, além da não existência de programas implementados para tal fim, apareceram como justificativas para essa constatação.

Verifica-se assim que, mesmo existindo dispositivos legais que mostram a alternatividade punitiva para a terapêutica, há um obstáculo para a eficácia das medidas protetivas de urgência de caráter terapêutico da Lei Maria da Penha.

A eficácia costuma estar relacionada à aplicação da lei, seja voluntariamente por parte de seus súditos, seja por meio de sanções em caso de descumprimento da lei, consistindo no fenômeno de quando a norma é observada ou seguida. Bobbio (2015) inclui a eficácia como um dos três critérios de valoração da norma.

Para Aguiar e Haber (2017, p. 267):

os fenômenos coletivos são o efeito composto do comportamento dos indivíduos; razão pela qual é o conhecimento dos princípios básicos do comportamento individual que, em última instância, poderá informar melhores políticas públicas.

No entanto, deve-se reconhecer os cenários em que os objetivos sociais de execução das medidas protetivas de urgência não são alcançados ou são acompanhados por uma perda prejudicial do bem-estar social devido a negligência estatal.

Dentre as comarcas estudadas no aspecto da aplicabilidade das medidas em questão, a de Mafra aplica eventualmente, vez ou outra, em suas decisões, o que se justifica em razão do muitas vezes precário contexto fático-probatório que instrui o pedido das medidas protetivas de urgência. Quando observada a necessidade judicial de se aplicar as medidas em análise, são assim deferidas somente quando apresentados documentos não unilaterais, como por exemplo um histórico médico que comprove a necessidade de o suposto agressor participar e frequentar os grupos ou acompanhamento psicossocial.

Das quatro comarcas analisadas no sentido de levantar a aplicabilidade das medidas terapêuticas, constatou-se que somente uma – Mafra – aplica esse instrumento, definindo em concreto as circunstâncias que devem estar presentes em eventual pedido nesse sentido. As outras três comarcas – Canoinhas, Papanduva e Porto União - não aplicam as medidas desde quando surgiram no ordenamento jurídico, o que se dá tanto pela ausência de profissional habilitado para tanto que efetive a instrumentalização dessas (psicólogo) quando pela ausência da implementação programa que venha a possibilitar decisões jurídicas nesse sentido.

É necessária então que haja formação de pessoal capacitado por meio de políticas públicas com o fim de atender tanto o agressor quanto a vítima, oferecendo programas eficazes de reabilitação e reeducação que permitam aos sujeitos participar de forma plena da vida pública, social e privada.

Sabe-se que políticas públicas deem se fazer presente quando demanda social determinada, de modo que toda política pública conta com dois elementos que podem ser considerados fundamentais: “intencionalidade pública e resposta a um problema público”, ou seja, para que ela passe a existir é necessário que seu objetivo seja “o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI, 2013, p. 2).

É necessário então que seja investido em equipes de atendimento multidisciplinar, essas integradas por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde, sendo essa uma condição necessária para que a lei venha efetivamente a ser aplicada. Ao magistrado só se faz possível a aplicação das medidas nas hipóteses em que a comarca conte com efetivo nesse sentido e programa determinado e ajustado para tanto.

Pelo que se constatou com a análise realizada nas comarcas do planalto norte catarinense, tem-se como necessário que sejam implementados programas estruturados com equipe suficiente para tanto, a fim de que, somente assim, possa ter a lei a devida aplicabilidade que lhe é devida.

No âmbito das medidas protetivas de urgência de caráter terapêutico, ao considerar a ausência de sua aplicabilidade na maior parte das comarcas em que se buscou informação a respeito, observa-se que sua não aplicação ocorre em razão da não existência de programas ou profissionais habilitados para que seja possível a implementação dessas.

5 CONCLUSÃO

As medidas protetivas de urgência terapêuticas não vêm sendo aplicadas no âmbito da justiça catarinense na região do planalto norte, conforme pode aqui ser observado.

Objetivando a pretendida análise, realizou-se uma breve abordagem sobre a Lei Maria da Penha e suas medidas protetivas de urgência, as quais constituem o objeto da pesquisa.

Inicialmente, aspectos de base da Lei Maria da Penha foram apresentados, explanando sobre alguns conceitos da legislação em questão, buscando por sua finalidade e objetivos propostos, tendo-se assim uma compreensão geral acerca do surgimento da lei e sua importância.

Na sequência foram observadas as medidas protetivas de urgência de cunho terapêutico, designadas aqui dessa forma por terem um escopo específico que supera em certo sentido as demais medidas existentes, pois para além do enfoque repressivo há também uma intenção legal expressa que objetiva reeducar e recuperar o agressor mediante o acompanhamento psicossocial de forma individualizada ou com a participação em grupos de apoio.

Ao final, apresentou-se o resultado de pesquisa de levantamento de informações em determinadas comarcas da justiça catarinense, intencionando-se saber se as medidas terapêuticas estariam sendo aplicadas desde quando entraram em vigência na Lei Maria da Penha. Estabelecendo-se um recorte regional que possibilitasse a pesquisa, elencou-se a região do planalto norte catarinense como

base para tal fim, pelo que as consultas foram realizadas junto às comarcas de Mafra, Papanduva, Porto União e Canoinhas.

Das mencionadas comarcas, apenas na de Mafra se demonstrou que as medidas terapêuticas em decisões judiciais vêm sendo aplicadas – por mais que modicamente –, isso quando presentes alguns requisitos jurídicos que foram definidos para possibilitar tal aplicação. Nas demais, observou-se que não se tem decidido pela aplicação das medidas em análise, fato esse que se justifica diante da ausência de programas ou equipe habilitada para que seja possível a adequada implementação.

Conclui-se assim constatando que a maioria das comarcas observadas na região do planalto norte catarinense não aplica – por decisão judicial – as medidas protetivas de urgência de caráter terapêutico, encontrando justificativas acerca dessa impossibilidade quando considerado que as comarcas não contam programas próprios implementados para essa finalidade, tão menos equipes formadas por profissionais multidisciplinares que possam fazer o acompanhamento previsto na legislação estudada.

Diante do exposto, devido o apontamento de que a lei, por si, muitas vezes não tem a possibilidade de ser aplicada quando desamparada de medidas estatais diversas de forma conjunta, pelo que é necessário que políticas públicas diversificadas se formalizem e realizem para que se venha a falar em aplicabilidade e efetividade normativa. A ausência de aplicação é o que se constata quando se fala das medidas protetivas de urgência terapêuticas, tendo em vista que a aplicabilidade dessas em decisões judiciais se faz possível somente nos casos em que a comarca conta com um efetivo ajustado e formalizado para dar conta dessa espécie de demanda.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Julio Cesar; HABER, Melina Tostes. Controle jurídico das políticas públicas: uma análise a partir dos conceitos de eficácia, efetividade e eficiência. **A & C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**. Belo Horizonte, a. 17, n. 70, p. 257-280, out./dez. 2017.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo. Da mulher como vítima à mulher como sujeito. *In*: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.s). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1999.
- ARTNER, Monique Thuany; TAPOROSKY FILHO, Paulo Silas. A proposta terapêutica como alternativa ao enfoque repressivo das medidas protetivas de urgência. **Revista Academia de Direito**. p. 780-800, abr. 2022.

BIANCHINI, Alice. Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar – artigo 8. *In*: CAMPOS, Carmen Hein de. **Lei Maria da Penha**: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

BOBBIO, Norberto. **Estudos por uma teoria geral do direito**. Barueri: Manole, 2015.

CASTRO, Bruna de Azevedo; CIRINO, Samia Moda. Violência de gênero e Lei Maria da Penha: considerações críticas sobre a inserção obrigatória do agressor em programas de recuperação ou atendimento em grupo como medida protetiva de urgência. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 6, n. 1, p. 63-79, jan/jun. 2020.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal**: parte especial (arts. 121 ao 361). 8. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: RT, 2007.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MENDES, Soraia Rosa. **Criminologia feminista novos paradigmas**. 2 Ed. São Paulo: SaraivaJur, 2017.

MESSIAS, Ewerton Ricardo; CARMO, Valter Moura do; ALMEIDA, Victória Martins de. “Feminicídio: Sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e60946, 2020.

OLIVEIRA, Elisa Rezende. Violência doméstica e familiar contra a mulher: um cenário de subjugação do gênero feminino. **Revista LEVS/UNESP**. Marília, ed. 9, p. 150-165, maio 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/2283>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PERRELLI, Marly; ZUCCO, Larissa; SILAS FILHO, Paulo. Violência doméstica em tempos de Covid-19: notas psicológicas sobre a problemática. *In*: MELO, Ezilda; BORGES, Lize; SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio (Orgs.). **Covid-19 e Direito Brasileiro: mudanças e impactos**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.

PRADO, Luciane Jost Lemos do. Lei Maria da Penha: uma breve abordagem histórico-social que a antecedeu em contrapartida à alegação de inconstitucionalidade por inobservância do princípio da isonomia. **ÂNIMA – Revista eletrônica do Curso de Direito UniOpet**. Curitiba, n. 6, p. 1-34, jul-dez/2011. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima6/TCC-Luciane-Jost-JUL2011.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ZUCCO, Larissa; SILAS FILHO, Paulo. Para além do aspecto repressivo: o enfoque terapêutico das medidas protetivas de urgência a partir da Lei n.º 13.984/20. *In*: TOMAZONI, Larissa Ribeiro; PRATA, Marcela; ABIKO, Paula. **Mulheres e o direito**: um chamado à real visibilidade. Curitiba: Sala de Aula Criminal, 2021. v. 2.